



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 041/2021 – NUREC

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2021.

Processo nº: 00600-00001992/2020-76-e
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Assunto: Análise de Contratos
Ementa: Dispensa de Licitação nº 9/2020. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19, para atender às necessidades da SES/DF. Decisão nº 2748/2020. Diligências. **Decisão nº 5354/2020.** Sobrestamento das audiências. Pedido de Reexame. Análise de admissibilidade. Proposição pelo conhecimento parcial.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO
Espécie de recurso: Pedido de Reexame (peça nº 67)
Recorrente: Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF
Deliberação recorrida: Decisão nº 5354/2020 (peça nº 40) Item IV: “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...); IV – sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; (...) ” (Destacamos).

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica do TCDF (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data da publicação da Decisão nº 5354/2020: 25/1/2021 (peça nº 40) Data da interposição do Pedido de Reexame: 22/2/2021 (peça nº 67)	SIM



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador legalmente constituído?	SIM
2.4. INTERESSE: A decisão recorrida causa prejuízo ao recorrente?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (arts. 47 da LO/TCDF c/c art. 286 do RI/TCDF)? O recurso pode ser conhecido no que diz respeito ao pedido para autuação de processo para análise de todas as aquisições de testes ocorridas no DF, conforme ressaltado no Voto – GCIM (peça 38). Por outro lado, conforme disciplina constante do art. 286 do RI/TCDF, o Pedido de Reexame é cabível tão somente contra decisões de mérito. In casu, resta claro que a deliberação recorrida, no tocante ao sobrestamento determinado, não envolve aspectos de mérito que possam ser rediscutidos pela via recursal proposta, conforme fundamentação constante, por exemplo, dos Votos condutores da Decisão nº 1873/2018 (e-DOC D281EFCB) e da Decisão nº 4001/2016 (e-DOC 2D921B0E).	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (audiência, diligência ou inspeção)?	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatar os presentes recursos? No que se refere ao sobrestamento. Em relação ao outro pleito, não há que se falar em aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que o requisito da adequação se mostra presente em relação ao pedido.	NÃO
2.5.4. Trata-se de recurso contra decisão de natureza cautelar?	NÃO
2.6. EFEITO: 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF? A atribuição de efeito suspensivo mostra-se sem efeito prático, já que não há conteúdo no bojo da deliberação cuja suspensão atenda ao intento ministerial, no que concerne à solicitação para autuação de processo.	NÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

2.6.2. Os recursos agravam a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	NÃO
<p>3. CONCLUSÃO DESCRITIVA</p> <p>O Ministério Público que atua junto ao TCDF – MPJTCDF, protocolou recurso contra a Decisão nº 5354/2020, que determinou o sobrestamento de audiências até o deslinde da de ações judiciais e, por outro lado, deixou de deferir pedido para autuação de processo específico para a fiscalização requerida pelo <i>Parquet</i>.</p> <p>Quanto aos requisitos de admissibilidade, observa-se que o Pedido de Reexame é tempestivo, foi interposto por parte legítima, com interesse recursal e observando-se a preclusão consumativa (unirrecorribilidade).</p> <p>Entretanto, no que diz respeito à irrisignação contra o sobrestamento determinado, ressalta-se que o Pedido de Reexame não é adequado para impugnar deliberação dessa natureza, conforme disciplina do art. 286 do RI/TCDF, que dispõe acerca do cabimento do recurso apenas contra decisões de mérito. O referido entendimento já foi confirmado por intermédio de diversas deliberações, a exemplo das Decisões nºs 1873/2018 e 4001/2016, motivo pelo qual a sugestão será pelo não conhecimento do pedido nesse particular.</p> <p>Em relação ao pleito para autuação de processo para a fiscalização requerida, considera-se que o requisito da adequação se mostra atendido, conforme ressaltado pelo no Voto condutor da Decisão recorrida, o que possibilita que a sugestão seja pelo conhecimento do recurso apenas em relação ao tema.</p>	
<p>4. SUGESTÕES:</p> <p>4.1. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:</p> <ol style="list-style-type: none">I. tomar conhecimento da Informação nº 041/2021– NUREC;II. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF contra a Decisão nº 5354/2020, apenas no que diz respeito ao pedido para realização da fiscalização ali requerida;III. autorizar:<ol style="list-style-type: none">a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada ao <i>Parquet</i> especial, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito;b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para análise de mérito do recurso ora conhecido.	

Ao Gabinete da Presidência, nos termos do art. 8º, § 1º, da Portaria nº 394/2018, para os fins previstos nos arts. 278, § 1º, e 279, *caput*, do RI/TCDF.

Brasília – DF, 23 de fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica
THIAGO OLIMPIO FERREIRA
Diretor